



## HÁ PACIFISMO ABSOLUTO E AS ARMAS?

Precisamente, o Pacifismo é a doutrina que preconiza inculcando o desarmamento no âmbito privado (pessoal) e prescreve obstinadamente o desarmamento das nações progressivamente como solução dos conflitos internacionais — por meio da arbitragem, ou como conhecemos, pacificamente —, com a proscrição do recurso à guerra, isto é, **“a abolição do ‘Jus ad Bellum’ (direito à guerra justa)”**. O Pacifismo é uma filosofia claramente utopística de origem americana que se fundamenta na oposição ao uso da força para combater o terrorismo — a criminalidade em geral. O Pacifismo condena qualquer tipo de conflito, independente de seus motivos e objetivos, defendendo o acordo entre pessoas (ou entre países) com a finalidade de promover a paz — mas claramente esse pensamento não ajudou em nada o mundo pela sua ineficiência e inutilidade. O termo cobre um amplo espectro de pontos de vista, desde a preferência por meios não militares para a solução de conflitos até à oposição total ao uso da violência ou mesmo da força em qualquer circunstância<sup>1</sup>.

O italiano da “Ordem dos Pregadores” (dominicano), Santo Tomás de Aquino (1225 – 1274), que é teólogo e um dos primeiros filósofos que escreveu sobre o que faz uma guerra justa, nos transmitiu uma lista de critérios juntamente com um dos mais importantes teólogos e filósofos nos primeiros séculos do Cristianismo, Santo Agostinho (354 – 430 d.C.), que pretendiam, obviamente, proteger os civis e garantir que as guerras fossem justas e que o uso da violência não fosse travados apenas pelo interesse de particulares, pela ambição e crueldade. Mas, acreditavam que o uso da violência deveria unicamente ser por clara autorização e aprovação de Deus.

---

<sup>1</sup> Pacifism and the Just War: — A Study in Applied Philosophy por Jenny Teichman, Basil Blackwell, 1986 (Pacifismo e a Guerra Justa: — Um Estudo em Filosofia Aplicada por Jenny Teichman, Basil Blackwell, 1986).





Traremos ponderações, conceituações e sentenças desses dois exímios exegetas bíblicos e notáveis expositores da Igreja. Contudo, iniciaremos com uma imagem escriturística.

## 1 – A imagem escriturística.

A acusação é feita de que Isaías 2:4<sup>2</sup> contradiz Joel 3:10<sup>3</sup>. Pois Isaías diz que eles transformarão suas espadas em arados, mas Joel diz: — **“Transforme seus arados em espadas”**.

Não há realmente contradição se nos dermos ao trabalho de procurar — tantos parecem querer encontrar contradições bíblicas, e não tentam realmente encontrar as significações textuais. Duas ocasiões diferentes estão previstas nos dois textos. Isaías fala da era messiânica, num quadro altamente colorido e poeticamente idealizado, como vemos em Isaías 11:6 – 9<sup>4</sup>, que diz que **“morará o lobo com o cordeiro e o leão comerá palha como o boi”**, etc. Se os judeus tivessem aceitado Cristo, este quadro, excluindo naturalmente algum exagero poético, teria provavelmente sido cumprido. Mas a imagem em Joel é bastante diferente, referindo-se, como dissemos, a um cenário diametralmente diferente. Uma nota na “New American Bible” (Nova Bíblia Americana) sobre a passagem de Joel diz que **“as armas bélicas são feitas em resposta ao apelo de Deus para exércitos, que Ele escolheu para expulsar para sempre os invasores ilegais da terra prometida. Depois disso, as**

---

<sup>2</sup> “E Ele julgará entre as nações, e repreenderá a muitos povos; e estes converterão as suas espadas em enxadas e as suas lanças em foices; uma nação não levantará espada contra outra nação, nem aprenderão mais a guerrear” (Isaías 2:4 – ACF).

<sup>3</sup> “Forjem os seus arados, fazendo deles espadas; e de suas foices, façam lanças. Diga o fraco: — ‘Sou um guerreiro!’” (Joel 3:10 – NVI). “Forjai espadas das vossas enxadas, e lanças das vossas foices; diga o fraco: — Eu sou forte” (Joel 3:10 – ACF).

<sup>4</sup> “E morará o lobo com o cordeiro, e o leopardo com o cabrito se deitará, e o bezerro, e o filho de leão e o animal cevado andarão juntos, e um menino pequeno os guiará. A vaca e a urso pastarão juntas, seus filhos se deitarão juntos, e o leão comerá palha como o boi. E brincará a criança de peito sobre a toca da áspide, e a desmamada colocará a sua mão na cova do basilisco. Não se fará mal nem dano algum em todo o meu santo monte, porque a terra se encherá do conhecimento do Senhor, como as águas cobrem o mar” (Isaías 11:6 – 9 – ACF).





**espadas deixariam de ser necessárias, e poderiam ser transformadas em arados”.**

Certamente, o Profeta Isaías não está proibindo toda a guerra — a todo combate violento. Se se pensasse assim, poderíamos citar, de uma forma igualmente frugal, o texto de Joel.

Mas, devemos igualmente observar, que antes dos **“povos [...] converterem as suas espadas em enxadões e as suas lanças em foices”**, de acordo com o que Isaías diz, Deus julgará no meio dos povos, o próprio Jeová (isto é, o Senhor Jesus, de acordo com Isaías 11:3, 4<sup>5</sup>) imporá seu justo governo sobre a terra e competirá as nações a praticar a justiça e a honestidade entre si, por essa razão **“uma nação não levantará espada contra outra nação, nem aprenderão mais a guerrear”** (Isaías 2:4). Não haverá, portanto, lutas internacionais, nem nações agressoras; todos os países habitarão juntos em paz. Deus corrigirá! —, isto é, antes, Ele aconselhará (como um juiz assentado na cátedra). Uma vez que não haverá apelo às armas ou à violência para acertar as diferenças – pois todos estarão governados pela decisão judicial de santo (digno) – **“as armas de guerra serão convertidas em instrumentos de paz ou em produtividade econômica”**. O reino eterno será caracterizado por uma sociedade sem guerras. A guerra não será mais um tema de estudo dos homens, porque a terra foi totalmente restaurada! Não mais se preocupando com a guerra, os homens, **“assentar-se-á cada um debaixo da sua videira, e debaixo da sua figueira com o próximo, e não haverá quem os espante”** (Zacarias 3:10<sup>6</sup>).

---

<sup>5</sup> “E deleitar-se-á no temor do Senhor; e não julgará segundo a vista dos seus olhos, nem repreenderá segundo o ouvir dos seus ouvidos. Mas julgará com justiça aos pobres, e repreenderá com equidade aos mansos da terra; e ferirá a terra com a vara de sua boca, e com o sopro dos seus lábios matará ao ímpio” (Isaías 11:3, 4 – ACF).

<sup>6</sup> “Naquele dia, diz o Senhor dos Exércitos, cada um de vós convidará o seu próximo para debaixo da videira e para debaixo da figueira” (Zacarias 3:10 – ACF).





Esta passagem de Isaías 2:2 – 4 é quase idêntica com a passagem de Miquéias 4:1 – 3<sup>7</sup>. O fim da guerra e um governo divino universal como a esperança futura foram e são tão importantes, que Deus revelou essa eloquente passagem em ambos os Profetas, Isaías e Miquéias. A linguagem aqui utilizada é messiânica e se aplica, em parte, ao tempo da Igreja (milênio) e, em parte, ao mundo porvir — **“um novo céu, e uma nova terra”**, porque o Apóstolo João viu que o primeiro céu e a primeira terra foram passadas (sucedidas), e o sistema caótico que a ela nutria e sustentava, que hoje há pecaminosamente, já não existirá mais; e o Profeta Isaías também vislumbrou o futuro desse novo mundo (Apocalipse 21:1 – 4; Isaías 65:17 – 25). Ou seja, a visão profética do profeta Miquéias modifica-se de um julgamento imediato no curto prazo para os **“últimos dias”** (v. 1), quando o reino messiânico de Deus é estabelecido em Sião<sup>8</sup>. A expressão utilizada aponta para um novo tempo que, ainda que num futuro ainda não revelado, transforma de maneira decisiva e bem-sucedida o curso da história da humanidade. A expressão, aqui, refere-se à era messiânica que começou no primeiro advento de Jesus Cristo (Atos 2:7; Hebreus 1:2) e se consumará, como mencionado acima, nos **“novos céus e na nova terra”** (Apocalipse 21 — 22). É somente nesse cenário que **“não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor; porque já as primeiras coisas são passadas”** (Apocalipse 21:4).

---

<sup>7</sup> “Mas nos últimos dias acontecerá que o monte da casa do SENHOR será estabelecido no cume dos montes, e se elevará sobre os outeiros, e a ele afluirão os povos. E irão muitas nações, e dirão: — Vinde, e subamos ao monte do Senhor, e à casa do Deus de Jacó, para que nos ensine os seus caminhos, e andemos pelas suas veredas; porque de Sião sairá a Lei, e de Jerusalém a palavra do Senhor. E julgará entre muitos povos, e castigará nações poderosas e longínquas, e converterão as suas espadas em pás, e as suas lanças em foices; uma nação não levantará a espada contra outra nação, nem aprenderão mais a guerra” (Miquéias 4:1 – 3 – ACF).

<sup>8</sup> O monte terreno de Sião prefigurava a realidade celestial, uma realidade à qual a Igreja tem chegado (Hebreus 12:22 – 24). Como parte da Antiga Aliança, o centro religioso terreno foi agora superado pela nova ordem vindoura (Hebreus 8:13).





**1 – Realmente, no Antigo Testamento, o próprio Deus não só “permitiu”, mas ordenou e comandou muitas guerras.**

Assim disse Santo Agostinho a Fausto<sup>9</sup>: — **“E que ninguém se admire ou estremeça de que foram travadas guerras por Moisés, pois nelas ele seguiu ordens divinas. Ele não estava enfurecido, mas obediente [...] as guerras são empreendidas contra a violência daqueles que resistem, por ordem de Deus, ou alguma autoridade legítima<sup>10</sup>”**.

O herege Fausto critica a figura de Moisés, sendo contra-argumentado por Santo Agostinho, que afirma que **“justificar a guerra significa justificar previamente que os métodos empregados são permitidos”**. A defesa da comunidade suplanta a justa causa para Santo Agostinho. Significa que Santo Agostinho entende que há momentos em que os princípios do “jus ad bellum<sup>11</sup>” devem ser ignorados. Além disso, seu discurso sobre o mito da criação maniqueísta deixa subentendido que os dois lados podem acreditar que possuem uma justa causa, mas **“apenas Deus pode distinguir qual deles está inteiramente correto”**.

Santo Agostinho defende que as guerras realizadas pelos patriarcas possuíam a benção de Deus e tinham motivos justos. Porque somente Deus pode afirmar o que é reto (justo). Isto é, quando Santo Agostinho apresenta Moisés,

---

<sup>9</sup> Fausto de Milevo, chamado também de Fausto, o Maniqueu, foi um heresiarca maniqueísta do século IV lembrado principalmente por seu encontro com Santo Agostinho em Cartago por volta de 383 d.C., depois de se converter ao Cristianismo, Agostinho escreveu uma obra polêmica contra ele chamada “Contra Faustum”.

<sup>10</sup> Contra Fausto, 22.74.

<sup>11</sup> “Jus ad Bellum”, do latim: — “direito à guerra”, que é um conjunto de critérios que devem ser consultados antes de entrar em guerra para determinar se é permitido entrar em guerra, isto é, se será uma guerra justa. Isso é distinto do conjunto de regras que devem ser seguidas durante uma guerra, conhecidas como “jus in bello” — “direito de guerra” ou “leis da guerra”. Por exemplo, o artigo 51 da Carta da ONU esclarece: — “Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de autodefesa individual ou coletiva se ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas”.





ele o apresenta como um modelo a ser seguido, apesar de jamais ser alcançado porque, dentre todos os Profetas, foi o maior. Se realizou guerras, o fez por ordem de Deus e estas não devem (absolutamente) ser questionadas pelos homens. Se estas guerras foram cruéis e mataram “inocentes”, sua crueldade se deveu ao nível de pecado de seus inimigos. E se “inocentes” foram envolvidos no conflito, estes não eram inocentes porque Deus não mata inocentes. Questionar Moisés é questionar a autoridade do próprio Deus e esta é inquestionável. Ninguém poderá julgar Moisés por ter realizado guerras já que estariam julgando o próprio Deus que as ordenou. Se Moisés as conduziu, não foi por capricho ou ambição pessoal. Uma guerra movida por Deus é sempre justa não importando o seu fim último — não conseguiremos entender plenamente o conselho divino —, **“o Senhor está no seu santo templo; cale-se diante dEle toda a terra”**, porque **“As coisas encobertas (não reveladas) pertencem ao Senhor nosso Deus”** (Habacuque 2:20; Deuteronômio 29:29).

De fato, Deus por vezes ordenou até o extermínio do inimigo, Deus contra Amaleque, fere-o e condena-o ao anátema, ordenando que se mate, **“homens e mulheres, crianças e recém-nascidos (crianças de peito), bois e ovelhas, camelos e jumentos!”** (1 Samuel 15:3); Deus também enviou e fez prevalecer as águas do dilúvio (Gênesis 7:20), e assim diz a Escritura, **“se expirou (morreu) toda a carne que se movia sobre a terra, e todo o homem. Tudo o que tinha fôlego de espírito de vida em suas narinas, tudo o que havia em terra seca, morreu. Assim foi destruído todo o ser vivente que havia sobre a face da terra, desde o homem até ao animal”** (Gênesis 7:21 – 23). O objetivo era erradicar a idolatria, a mentira e a corrupção da terra, porque **“viu o Senhor que a maldade do homem se multiplicara sobre a terra e que toda a imaginação dos pensamentos de seu coração era só má continuamente”**





(Gênesis 6:5), Deus por não querer que os homens caíssem em todo tipo de pecado, faz sempre o que lhe apraz, ou santifica-os ou mata-os — o que, de fato, sempre eles fizeram (e continuam fazendo) devido à natureza caída, é pecarem continuamente perante o Santo Deus. Por exemplo, como resultado desta ordem divina (a de matar homens malditos), lemos em 1 Samuel 15:10 – 23, que Deus rejeitou a Saul como rei dos judeus, não por não ser pacifista, mas por não executar Agague, rei dos amalequitas. Em geral, é claro, não exterminaríamos um inimigo sequer. Isso só pode ser feito por ordem direta do Mestre da Vida e da Morte – Deus. Ele ordenou em alguns casos, como dissemos, que se erradicasse o pecado sobre a terra. Outro exemplo, também, em Gênesis 15:16<sup>12</sup> prometeu tirar a terra dos amorreus, contudo, não o faria de imediato, “**porque os pecados dos amorreus ainda não haviam atingido a sua plenitude**”. Quando o fizeram, as mortes foram um castigo por extrema pecaminosidade.

**Objecção 1: — Este era o Antigo Testamento imperfeito, deveríamos ser melhores.**

Uma coisa é ser menos perfeito, outra é ser diabólico. Dizer que é o mal tudo isso é culpar o próprio Deus — sendo que o próprio Deus é que ordena todas essas coisas. É a heresia<sup>13</sup> de Marcião que rejeitou todo o Antigo Testamento, e muito do Novo Testamento também.

**Objecção 2: — Jesus não ensinou a não-violência? Dê a outra face; se a sua túnica for exigida, dê também a sua capa?**<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> “E a quarta geração tornará para cá; porque a medida da injustiça dos amorreus não está ainda cheia” (Gênesis 15:16).

<sup>13</sup> Marcionismo que rejeitava o Antigo Testamento como ultrapassado, anunciando um Cristianismo autêntico baseado na contradição entre dois deuses: — O Deus da Lei, o Demiurgo, que seria o deus do Antigo Testamento; e o Deus do Amor, como revelado por Jesus Cristo.

<sup>14</sup> “Ouvistes que foi dito: — Olho por olho, e dente por dente. Eu, porém, vos digo que não resistais ao mau; mas, se qualquer te bater na face direita, oferece-lhe também a outra; e, ao





[1] – Ele próprio, no seu julgamento, antes de responder ao sumo sacerdote Anás, fez algo que nos faz pensar, para um dos servidores do sumo sacerdote que ali estavam, o que deu uma bofetada na face de Jesus (cf. João 18:22). Em vez de Jesus dar a outra face, Ele repreendeu a todos, dizendo: — **“Se falei mal, dá testemunho do mal; e, se bem, por que me feres (bateis)?”** (João 18:23), isto é, em outras palavras: — “Se eu disse alguma mentira, prove que menti! Mas, se eu falei a verdade, por que é que você está me batendo?”. Aqui, claramente há um confronto violento!

[2] – Santo Tomás de Aquino tem razão ao citar a interpretação dada por Santo Agostinho aos textos não-violentos: — **“Estes preceitos devem ser sempre observados em atitude de espírito, nomeadamente, que um homem deve estar sempre preparado para não resistir [...], mas por vezes é preciso agir de outra forma devido ao bem comum [...]. Por isso, Santo Agostinho diz: — [...] nada é mais infeliz do que a felicidade dos pecadores, na medida em que a impunidade é alimentada, e uma má vontade é reforçada<sup>15</sup>”**. Diz Agostinho, além disso: — **“Os verdadeiros adoradores de Deus consideram justas também as guerras feitas, não por cobiça ou crueldade, mas por desejo de paz, para que os maus sejam reprimidos e os bons socorridos<sup>16</sup>”**. E, conclui: — **“Aquele, que sendo pessoa privada, toma da espada, por autoridade do príncipe ou do juiz, ou,**

---

que quiser pleitear contigo, e tirar-te a túnica, larga-lhe também a capa; e, se qualquer te obrigar a caminhar uma milha, vai com ele duas. Dá a quem te pedir, e não te desvies daquele que quiser que lhe emprestes” (Mateus 5:38 – 42 – ACF).

<sup>15</sup> “Os referidos preceitos, como diz Agostinho, devem ser sempre observados, para a preparação da alma, de modo que estejamos sempre preparados a não resistirmos ou a não nos defendermos, se for necessário. Mas às vezes devemos agir de outro modo, por causa do bem comum ou mesmo para bem daqueles com quem lutamos. Por isso, Agostinho diz: — Devemos agir muitas vezes com certa benigna asperidade, mesmo contrariando os recalcitrantes. Pois, é vencida utilmente aquele a quem privamos da licença da iniquidade; porque nada é mais infeliz que a felicidade dos pecadores, que os fortalece na impunidade e robustece a má vontade, como um inimigo interior” (Tomás de Aquino, Suma Teológica, pergunta 40, artigo 1, resposta a segunda objeção. Agostinho, De Serm. Dom. in Monte i, 19).

<sup>16</sup> Tomás de Aquino, Suma Teológica, pergunta 40, artigo 1, solução.







**sendo pessoa pública, o faz por zelo de justiça e como por autoridade de Deus, esse não toma da espada por sua própria resolução, mas porque lhe foi cometida por outrem. Por isso, nenhuma pena lhe é devida<sup>17</sup>”.**

[3] – Enquanto uma pessoa privada deve adotar a atitude não-violenta, e em momentos apropriados também agir sobre ela, um Estado está em um caso diferente. Não tem o direito de abandonar sua obrigação de defender seus cidadãos, usando meios morais, é claro (Romanos 13).

[4] – Alguns utilizam a passagem de Mateus 5:9: — **“Bem-aventurados os pacificadores, porque eles serão chamados filhos de Deus”** — para afirmarem que Jesus ordenou uma atitude de sempre não-violência; porém, a passagem nos ordena a **“paz espiritual”** e não a cessação da violência física entre as nações (ou entre pessoas) — é o que se tem em vista aqui. Mesmo que o termo seja geralmente entendido no sentido daqueles que ajudam outros a encontrar a paz com Deus, esta paz pode também ser entendida como aqueles que alcançam sua própria paz com Deus e são chamados seus filhos. O princípio é ampliado nos versículos 44 e 45 – os filhos de Deus buscam a paz mesmo com seus próprios inimigos. Mas, não devemos esquecer o que diz a Escritura em Romanos 12:18: — **“Façam todo o possível para viver em paz com todos”**, no que depender de nós, façamos todo o possível para viver em paz com todas as pessoas. Compreendemos que **“o crente em Cristo é um pacificador por obrigação e por ideal de vida”**; entretanto, entendemos igualmente que nem sempre o equilíbrio e a concórdia são possíveis, visto que a verdade tanto divide quanto unifica. A dupla qualificação do Apóstolo Paulo — **“se possível”** e **“quanto depender de vós”** — reconhece esse fato; todavia, permanece de pé a nossa obrigação de esforçarmo-nos por

---

<sup>17</sup> Tomás de Aquino, Suma Teológica, pergunta 40, artigo 1, resposta a primeira objeção.





manter a paz nas relações pessoais. Mas, faço inquirição e infortúnio aos pacifistas ressaltando algo do que Jesus fez: — **“E tendo feito um ‘azorrague de cordéis’, lançou todos fora do templo, também os bois e ovelhas; e espalhou o dinheiro dos cambiadores, e derribou as mesas”** (João 2:15). Como ante o exposto, podemos afirmar que Jesus ordenou uma atitude de sempre não-violência? Primeiramente, devemos definir brevemente o que é um Azorrague — **“Azorrague (flagrum) é uma espécie de chicote ou látigo; é sinônimo de açoite usado para a aplicação de flagelo em condenados (tortura). Por causar lesões muito sérias, até a morte, o uso do azorrague foi abandonado há vários séculos”**. Vejamos, alguns exegetas, como o próprio teólogo e Reformador, João Calvino (1509 – 1564), afirmam que os discípulos erraram ao interpretarem Lucas 22:36 — **“o que não tem espada, venda a sua capa e compre-a”** —, como sendo uma ordem para se comprar armas para a autodefesa. João Calvino escreveu que comportaram-se **“numa verdadeira ignorância vergonhosa e estúpida, depois de terem sido tão frequentemente informados sobre carregar a cruz, imaginem que devem lutar com espadas de ferro”**. Apesar de serem duas esferas diametralmente opostas — cruz e espada! Contudo, esses mesmos exegetas afirmam que o texto tão somente explica o cumprimento da profecia, de acordo com o versículo 37: — **“E com os malfeitores foi contado”**. Mas, esquecem que se usarmos esse mesmo critério, anularemos o cenário de João 2:15, onde o próprio Senhor usou de ameaças (v. 16) e até mesmo de violência física contra animais com o azorrague em mãos; diremos que esse cenário não foi real – ou possível – e que Jesus nada fez, se somente compreendermos que tudo o que aconteceu não passou unicamente do cumprimento da profecia messiânica do Salmos 69:9<sup>18</sup>, salmo não-

---

<sup>18</sup> “Pois o zelo da tua casa me devorou, e as afrontas dos que te afrontam caíram sobre mim” (Salmos 69:9 – ACF).





messiânico (cf. Malaquias 3:1 e seguintes; Zacarias 14:21), e que nada foi real. A mesma situação ocorre em ambas as passagens, sendo que num cenário **“as espadas não foram utilizadas”**, e num outro cenário, **“o azorrague foi”**, no entanto, em ambos os cenários se cumprem profecias do Antigo Testamento — claramente um padrão duplo tão comum nas Escrituras e na exegese prosopológica quando envolve a era messiânica ou o padrão trinitário.

A primeira profecia cumpre-se sem o uso da violência — **“E com os malfeitores foi contado”** (Lucas 22:37).

A segunda profecia cumpre-se com o uso da violência — **“O zelo da tua casa me devorou”** (João 2:17).

Como escreveu o erudito da Bíblia, Frederick Fyvie Bruce (1910 – 1990): — **“O chicote improvisado serviu para expulsar os animais. Alguns pregadores e outras pessoas que se surpreendem com a possibilidade de Jesus ter usado sua força, por menor que seja, mesmo em animais, provavelmente nunca tiveram experiência em tocar gado por ruas e espaços abertos de cidades fervilhantes. Vaqueiros de hoje podem recorrer à ajuda de cães, mas naquele tempo não podiam. Seja qual foi o grau de força aplicado, a ação não incluiu nenhum elemento de tumulto que teria atraído a intervenção rápida e determinada da guarnição romana da fortaleza Antônio, da qual era possível supervisionar a área do templo do Noroeste, e que dava acesso ao outro pátio através de dois lances de escada (Atos 21:35). O que Jesus fez pode ser melhor classificado como um ato de simbolismo profético. Se ele tinha Zacarias 14:21 em mente quando protestou em favor da casa de seu Pai (Lucas 2:49), transformada em um supermercado, podemos lembrar que os versículos anteriores em Zacarias 14 contam como todas as nações subirão a Jerusalém para adorar. O único espaço aberto a**





peças de ‘todas as nações’ no templo (além dos israelitas) era o pátio externo (às vezes chamado de ‘pátio dos gentios’); se esta área estava sendo ocupada para o comércio ela não poderia ser usada para o culto. A ação de Jesus reforçou seu protesto verbal<sup>19</sup>’.

É algo extraordinariamente magnífico o que F. F. Bruce nos traz aqui, pela ação violenta do Senhor Jesus — ainda que verbal e com o azorrague em mãos —, a adoração dos gentios foi reestabelecida por esse ato para Deus ser glorificado e o seu Nome santificado entre todas as nações. Ele entrou repentinamente no templo e purificou os filhos de Levi, numa demonstração do seu zelo por Deus e por manter santas as ordenanças de Deus.

O teólogo americano e ministro presbiteriano, Albert Barnes (1798 – 1870), escreveu: — **“O Salvador diz que os tempos estão mudados. ‘Antes’, Ele os enviou por pouco tempo. Eles estavam em seu próprio país. Suas jornadas seriam curtas e não havia necessidade de preparar-se para uma longa ausência ou para encontrar grandes perigos. Mas ‘agora’ eles deveriam ir ao mundo inteiro, entre estranhos, provações, perigos e desejos. E como o tempo estava próximo; como Ele estava prestes a morrer; à medida que esses perigos persistiam, era apropriado que eles providenciassem o que estava diante deles. Ele também sugere que ‘agora’ recebam dinheiro, pois seria necessário suprir suas necessidades em viagens. Tem havido muita dificuldade em entender por que Jesus instruiu seus discípulos a se armarem, como se fosse seu propósito fazer uma defesa. É certo que o espírito de sua religião é contra o uso da espada e que não era seu objetivo se defender contra Judas. Mas deve-se lembrar que essas**

---

<sup>19</sup> F. F. Bruce. Introdução e Comentário de João, Comentários Bíblicos da Série Cultura Bíblica, Edições Vida Nova e Mundo Cristão, São Paulo, SP, 1987, p. 75.





**instruções sobre a bolsa, o roteiro e a espada não foram feitas com referência ao fato de Ele ter sido ‘levado’ no jardim, mas com referência à ‘vida futura’. O tempo do julgamento no Getsêmani estava próximo; nem havia ‘tempo’ para que, se não houvesse outro motivo, fizesse a compra. No total, refere-se à sua vida futura. Eles estavam entrando no meio de perigos. O país estava infestado de ladrões e bestas selvagens. Era costume ir armado. Ele lhes fala desses perigos – da necessidade de estar preparado da maneira usual para enfrentá-los. Este, então, não deve ser considerado como um ‘comando’ específico e positivo para obter uma espada, mas uma indicação de que grandes perigos estavam diante deles; que seu modo de vida seria alterado e que eles precisariam das disposições ‘apropriadas para esse tipo de vida’. A preparação ‘comum’ para esse modo de vida ‘consistia em dinheiro, provisões e armas’; e Ele os prevê desse modo de vida, dando-lhes instruções comumente entendidas como apropriadas a ele. Isso equivale, então, a uma ‘previsão’ de que eles logo deixariam os lugares aos quais estavam acostumados e entrariam em cenas de pobreza, carência e perigo, onde sentiriam a necessidade de dinheiro, provisões e meios de defesa. Tudo, portanto, que a passagem justifica é: — [1] – É apropriado que as pessoas supram antecipadamente suas necessidades, e para ministros e missionários, bem como quaisquer outros. [2] – Essa legítima defesa é lícita. Homens cercados de perigo podem ‘defender’ legalmente suas vidas. Não prova que é lícito fazer guerra ‘ofensiva’ contra uma nação ou um indivíduo”.**

Como é-nos determinado e prescrito claramente em Gálatas 5:22 a produzirmos o fruto do Espírito que são as virtudes: — **“do amor (caridade), do gozo (alegria), da paz, da longanimidade, da benignidade, da bondade, da fé, da**





**mansidão e da temperança**”; é sabido que somente o Espírito Santo pode produzi-las em nós, e não os nossos próprios esforços. Quando o Espírito Santo domina e influi completamente a vida de um cristão, Ele produz todas essas graças. Pode ser categorizado como sendo, as três primeiras — **“o amor, a alegria e a paz”** — dizem respeito à nossa atitude em relação a Deus, a segunda tríade — **“a paciência, a delicadeza e a bondade”** — atende os relacionamentos sociáveis, e o terceiro grupo — **“a fidelidade, a humildade e o domínio próprio”** —, descreve os princípios e convicções fundamentais que guiam a conduta geral de um regenerado. Os que são guiados pelo Espírito Santo farão sempre o que é reto, e não por obrigatoriedade da Lei de Deus (ou dos homens).

Concluo essa parte afirmando que: — **“Os cristãos não são perfeitamente inocentes, mas a inocência é o que eles visam e buscam pela prudência e o autocontrole. A sinceridade é a inocência dos cristãos, e os que são justos são considerados inocentes de grande transgressão (Salmos 19:13). Eles são os justos, que andam no caminho da justiça e do equilíbrio (armados ou não). Eles têm as mãos limpas (de sangue inocente), e as conservam limpas das graves corrupções do pecado e dos crimes civis, e, quando as mancham com fraquezas ou indecisões, as lavam na inocência (Salmos 26:6)”**. Por fim, sabemos que não é sempre possível a paz com os homens sanguinários (criminosos).

**Objeção 3: — Jesus não disse a Pedro: — Embainha a tua espada; porque todos os que lançarem mão da espada, à espada morrerão (Mateus 26:52)?**

Jesus parece estar a citar um provérbio. William Foxwell Albright (1891 – 1971) em “Anchor Bible Series” sobre este texto cita um antigo Targum Judaico sobre as Escrituras com





um provérbio deste tipo. E se tentássemos tomar as palavras de Jesus como uma proibição absoluta de todo o uso da espada, então a Igreja durante séculos teria ensinado o erro, e as promessas de Jesus de proteger a Igreja seriam nulas. Em vez disso, Santo Tomás de Aquino cita<sup>20</sup> com aprovação a interpretação de Santo Agostinho sobre este ponto: — **“pegar na espada”** significa fazê-lo sem a devida autoridade, como foi mencionado acima.

Jesus ordenou ao seu zeloso discípulo Pedro que apenas guardasse a sua espada, pronunciando a significativa verdade: — **“todos os que lançarem mão da espada à espada morrerão”** (v. 52). Ele também declarou que poderia convocar mais de doze legiões de anjos (v. 53). Não lhe faltava defesa. Mas Ele precisava se submeter, para que a vontade de Deus, revelada nas Escrituras (o nosso Antigo Testamento) fosse cumprida (v. 54)<sup>21</sup>. Por essa razão, Pedro foi admoestado pelo Senhor pelo desastroso uso da espada, claramente Pedro teve uma atitude completamente errada, pois já anteriormente havia recebido instrução do Senhor (cf. Mateus 16:22, 23); essa atitude impetuosa de Pedro, ainda que bem-intencionada, comprometia seriamente a posição do Senhor Jesus, e tornou necessário uma cura milagrosa para desfazer os desastrosos efeitos que provocaria no tribunal (cf. João 18:36). E tão completo foi o milagre que o caso da mutilação nunca foi levantado pelos acusadores de Jesus.

Um adendo, e o que poderíamos afirmar acerca do que diz Isaías 37:36 – 38, especialmente, o versículo 36?: — **“Então saiu o Anjo do Senhor, e feriu no arraial dos assírios a cento e oitenta e cinco mil deles; e, quando se levantaram pela manhã cedo, eis que todos estes eram corpos mortos”**. Normalmente essa expressão, **“Anjo do**

---

<sup>20</sup> Suma Teológica, 40.1.1.

<sup>21</sup> Comentário Bíblico Beacon (CBB), p. 180.





**Senhor**”, se refere ao mensageiro que é o Senhor e, não obstante, é enviado pelo Senhor, um aparecimento pré-encarnado de Cristo (Gênesis 16:7 – 14; 22:11 – 18). Não é sem razão de que Jesus diz que **“poderia orar ao Pai e Ele colocaria à disposição (dEle) mais de doze legiões de anjos”** (Mateus 26:53)! Como escreveu, Albert Barnes: — **“Uma legião era uma divisão do exército romano no valor de mais de 6.000 homens — seria o equivalente a 72.000 anjos. O número ‘doze’ foi mencionado, talvez, em referência ao número de seus Apóstolos e de si mesmo. Judas estando ausente, mas onze discípulos permaneceram. Deus poderia protegê-lo, e cada discípulo, com uma legião de anjos: — isto é, Deus poderia protegê-lo facilmente, se Ele orasse a Ele e se fosse sua vontade”**.

Devemos perceber no acontecido, que quando Pedro **“lança mão a espada”** cumpre-se assim a Escritura (Isaías<sup>22</sup>) que diz: — **“Ele (Jesus) foi contado entre os malfeitores”** (Marcos 15:28), aqui, Pedro é um malfeitor não obedecendo a autoridade do soldado Malco que foi constituída por Deus (Romanos 13:1, 2). Certamente, podemos afirmar que jamais, perante nenhuma conjuntura ou contingência, a atitude de Pedro poderia ter sido divinamente autorizada. A substância do que Ele diz é isso: — **“Como Ele foi designado pelo propósito eterno de Deus para ser um sacrifício, e como isso foi declarado pelas previsões das Escrituras, ele (Pedro) não deveria lutar contra isso”**. Cristo também repreendeu a multidão (Mateus 26:55) por sair **“como para um salteador”** (grego, “ladrão”) com **“espadas e porretes”** (“pedaços de pau”). O Senhor lembrou aqueles homens, não somente a Pedro, de que haviam tido todas as oportunidades de prendê-lo

---

<sup>22</sup> “Por este motivo Eu lhe darei uma porção generosa entre os grandes, e ele dividirá os despojos entre as multidões, porquanto ele derramou a sua própria vida até a morte, e foi contado entre os criminosos. Portanto, ele levou sobre si o pecado de muitos e pelos transgressores intercedeu” (Isaías 53:12).







quando Ele ensinava diariamente no templo. Mas o que estava acontecendo especificamente era o cumprimento das Escrituras dos Profetas<sup>23</sup>. Nem Pedro, nem os soldados, nem os anjos, nem a multidão, ninguém, absolutamente, ninguém, poderia obstar ou interromper o avanço da obra de redenção! Não há nada aqui que proíba a autodefesa.

Jesus Cristo e sua mensagem (Evangelho) não deveriam ser defendidos nem proclamados com quaisquer armas carnis (2 Coríntios 10:3 – 5; Efésios 6:12). Este princípio geral declarado por Jesus tem sido confirmado pela própria experiência humana. **“A espada é visitada pela espada na guerra; a espada da retribuição se opõe à espada arbitrária da sedição rebelde; e a espada levantada sem espiritualidade em uma causa espiritual, é vingada na certa pela espada da vingança histórica<sup>24</sup>”**, embora talvez bastante atrasada.

Como escreveram os teólogos, Jacques Ellul (1912 – 1994) e John Howard Yoder (1927 – 1997), que demonstraram que quando a passagem é analisada dentro do contexto, **“Jesus está ciente de estar cumprindo uma profecia de Isaías 53:9 – 12) e faz a surpreendente revelação de que duas espadas ‘bastam’”**.

Além disso, se tomássemos Mateus 26:52 simplisticamente contradiria as palavras de Jesus em Lucas 22:35 – 38: — **“[...] aquele que tiver bolsa, tome-a, como também o alforje; e, o que não tem espada, venda a sua capa e compre-a”**. Muitos, como o anglicano S. G. F. Brandon e o clérigo William Most, tomam o versículo como uma justificativa para a autodefesa; em que Jesus estaria orientando os discípulos a comprar espadas para se protegerem de possíveis ladrões e salteadores, como

---

<sup>23</sup> Comentário Bíblico Beacon (CBB), p. 180.

<sup>24</sup> J. P. Longe, Matthew, p. 486.





também, de bestas selvagens, que poderiam aparecer durante suas expedições missionárias<sup>25</sup>. Se você está visivelmente armado, isso tende a desencorajar os que pensam em te atacar ou prejudicar. Mas como já afirmamos melhor ainda é ter poder espiritual.

### **Vejam os quatro contra-argumentos:**

Em primeiro lugar, é fato que alguns dos discípulos andavam armados (o Apóstolo Pedro sustenta essa afirmação) e este fato fortalece a idéia do texto de que Jesus estava realmente recomendando a compra de espadas para os outros que não usavam.

Em segundo lugar, o Senhor não recomendaria a venda da capa para compra de duas espadas se não fosse literalmente. O substantivo “espada” não é regido pelo verbo “ter”. Ele fica isolado na frase, o significado é: — **“Aquele que não tem uma bolsa ou documento (e está, portanto, sem dinheiro) que venda a sua veste e compre uma espada”**.

Em terceiro lugar, a tensão do texto revela os instantes finais e os perigos que cercam os discípulos. A tensão exige autodefesa para os discípulos, não no cenário de redenção, obviamente, mas no futuro de **“necessidade de dinheiro, provisões e meios de defesa”** — como é atualmente, não há variação para nós, crentes do século XXI! A idéia de que Jesus recomenda a proteção aos seus é gritante neste texto.

Em quarto lugar, o termo “basta” no versículo 38 tem algumas interpretações forçadas sobre este termo para sustentar a idéia de que Jesus disse aos discípulos, alguma coisa como: — **“Vocês não me entenderam, basta dessa**

---

<sup>25</sup> Samuel George Frederick Brandon (1907 – 1971), “Jesus – Man, Myth Or Magic”, p. 1504; William G. Most (1914 – 1999), “Absolute Pacifism?”.





**converta!”**. Esse é um argumento que não se sustenta, pois a palavra grega para basta é “ικανός<sup>26</sup>”, que significa literalmente **“é o bastante”**, e se refere à quantia de dinheiro que tinha que ser paga para alguém que fosse solto da prisão – ou pagar uma quantidade de dinheiro exigida (Mateus 28:12). Está claro que Jesus está afirmando que a quantia paga pelas duas espadas era suficiente, em outras palavras: — **“Não precisa gastar mais dinheiro, pelo preço que foi pago nas duas espadas, já é suficiente”**.

Agora, esta, logicamente, não é uma incitação a armar-se pela concupiscência atroz (perversidade) — podemos nos defender com base escriturística (Êxodo 22:2), mas há um limite estabelecido sempre (Êxodo 22:3); há também nesta passagem uma profecia sendo cumprida nesse contexto (como mencionei acima), da qual não pode ser ab-rogada ou nulificada. É simplesmente uma forma oriental muito vívida de dizer aos discípulos que suas próprias vidas estavam em perigo e, se fosse necessário defender a própria vida, que assim acontecesse. É como se Jesus dissesse: — **“Até agora vocês me tiveram sempre com vocês. Dentro de muito pouco tempo vocês ficarão liberados a seus próprios recursos. O que vocês vão fazer? O perigo dentro de pouco tempo não será que vocês não possuirão nada; mas sim vocês terão que lutar por sua própria existência”**. A Igreja tem vivido isso há tempo!

Para aquele que pretende armar-se, para autodefesa ou defesa de outrem, uma advertência que devemos recordar é: — **“que se alguém disser sobre crimes, confusões e vacilações, isso é algo que nunca farei (Lucas 22:33, 34) disso terá precisamente que cuidar-se mais”**. Porquanto, é necessário lembrarmos do Apóstolo Pedro quando afirmamos tal coisa, porque não conhecia a seriedade nem

---

<sup>26</sup> Strong 2425 — “hikanos” é suficiente. Definição: — [1] – considerável, suficiente, de número, quantidade, tempo, [2] – de pessoas: — suficientemente forte (bom), digno, adequado, com várias construções, [3] – muitos, muito.





o perigo da situação, e não conhecia sua própria tendência a fracassar. Pedro estava muito seguro de si mesmo, o que foi um equívoco gravíssimo e desacerto.

Observemos como o filósofo e teólogo apologista cristão, Norman L. Geisler, escreveu sobre essa passagem em sua obra sobre *Ética Cristã*: — **“Há uma citação um pouco mais negligenciada de Jesus que talvez dê apoio à alegação de que o indivíduo tem o direito de brandir uma espada em defesa própria. É bem conhecido que Jesus admoestou seus discípulos a não propagarem o Evangelho com a espada (Mateus 26:52) e tampouco a resistir à perseguição religiosa com a força física (Mateus 5:39). Mas às vezes é olvidado (esquecido) que Jesus mandou seus discípulos comprarem uma espada (para sua própria proteção). Disse-lhes: — ‘O que não tem espada, venda a sua capa e compre uma’ (Lucas 23:36). Visto que as espadas eram proibidas por Jesus, ou para o propósito de apoiar a pregação do Evangelho ou para a defesa contra ser perseguido por causa do Evangelho (cf. João 18:11), que propósito estava por detrás do mandamento de Jesus aos discípulos no sentido de venderem suas roupas externas e comprar uma espada? Se as espadas eram excluídas por Jesus por motivos religiosos, podemos assumir que eram incluídas por motivos civis. Ou seja: — as espadas não são armas válidas para travar batalhas espirituais, mas são ferramentas legítimas para a defesa civil da pessoa. Aqui parece haver a sanção de Jesus ao uso justificável de um instrumento de morte na defesa contra um agressor injusto. Ou seja: — Jesus ordenou o uso da espada como meio de autodefesa. A história da batalha de Abraão contra os reis, em Gênesis 14, dá apoio ao princípio de que agressores nacionais injustos devem ser resistidos da mesma maneira que agressores individuais injustos (cf. 1 Samuel 23:1, 2). As nações,**





assim como os indivíduos, podem ser salteadoras e assassinas. E seria uma lógica falsa argumentar que a pessoa deve resistir a um homem assassino com a espada, mas deixar um país assassino tripudiar milhares de pessoas inocentes<sup>27</sup>”.

**Objeção 4: — Em João 8:11 Jesus recusa-se a permitir a sentença de morte, apesar de a Lei de Moisés o ter exigido. Ele não permitiu que a mulher adúltera fosse apedrejada.**

Temos de evitar o velho erro de ignorar o cenário e o contexto. Os fariseus estavam tentando apanhar Jesus nalgum erro. Se Jesus lhes dissesse para a apedrejarem, os romanos prendê-lo-iam, pois tinham retirado dos judeus o direito à pena capital (cf. João 18:31<sup>28</sup>). Mas se Jesus lhes dissesse para a libertarem, Ele iria contradizer a Lei de Moisés. Então, Jesus evitou inteligentemente ambas as partes do dilema, dizendo: — **“Aquele que de entre vós está sem pecado seja o primeiro que atire pedra contra ela”** (João 8:7).

Também, o Apóstolo Paulo, escrevendo sob inspiração do Espírito enviado por Jesus, disse aos romanos: — **“[...] se fizeres o mal, teme, pois (a autoridade civil) não traz debalde (em vão) a espada; porque é ministro de Deus, e vingador para castigar o que faz o mal”** (Romanos 13:4). A principal autoridade civil nessa ocasião era Nero. Nero não estava no seu pior momento nessa altura (57 – 58 d.C.). Mas em Tito 3:1 encontramos: — **“Lembrai-os de se submeterem a oficiais do governo, de obedecerem”**. Isso foi 65 d.C., quando Nero era um tirano louco. Claro que não

---

<sup>27</sup> Norman L. Geisler. *Ética Cristã – Alternativas e Questões Contemporâneas*, Edições Vida Nova, São Paulo, SP, 2006, p. 126.

<sup>28</sup> “Disse-lhes, pois, Pilatos: — Levai-o vós, e julgai-o segundo a vossa Lei. Disseram-lhe então os judeus: — A nós não nos é lícito matar pessoa alguma” (João 18:31 – ACF).





era para se obedecer a ordens imorais, mas outras coisas, sim.

Ainda mais, em 1 Coríntios 7:17, Paulo deu o princípio geral: — **“cada um deve viver como Deus deu a cada um, como Deus chamou cada um (à Igreja)”**. Ou seja, permanecer na mesma forma de vida externa que tinha quando foi chamado à Igreja. Mesmo aos escravos, disse ele (7:21): — **“Foste chamado sendo servo? Não te dê cuidado; e, se ainda podes ser livre, aproveita a ocasião”**. Não houve qualquer menção de que os soldados convertidos devem deixar de ser soldados. Isto enquadra-se no fato de João Batista ter dito aos soldados para não roubarem ninguém, para evitar acusações falsas, para se contentarem com o seu salário (Lucas 3:14<sup>29</sup>). E o centurião que pediu ao Senhor para curar o seu servo não foi rejeitado ou mandado abandonar o exército, pelo contrário, Jesus elogiou-o muito: — **“Em verdade vos digo que nem mesmo em Israel encontrei tanta fé”** (Mateus 8:10). E, em Atos 10, Deus enviou um anjo para falar ao bom centurião Cornélio para lhe dizer o que fazer — **“a instrução não incluía sair do exército”**.

**Objeção 5: — O Sexto Mandamento proíbe o uso de violência — “Não matarás”.**

Concordo com o teólogo e ministro presbiteriano, Philip Graham Ryken (1966) quando diz: — **“O Sexto Mandamento proíbe é tirar a vida de forma injusta e banal”**. Sim, aplica-se ao assassino a sangue frio, ao homicídio com raiva passional e homicídio culposo resultante de imprudência ou negligência. Por isso, o mandamento teria uma melhor tradução se fosse: — **“Não matarás ilegalmente”**. Claro que a versão tradutória de

---

<sup>29</sup> “E uns soldados o interrogaram também, dizendo: — E nós que faremos? E ele lhes disse: — A ninguém trateis mal nem defraudeis, e contentai-vos com o vosso soldo” (Lucas 3:14 – ACF).





Êxodo 20:13 é “:לא תרצח” que é “Não mate!”. O mais próximo da tradução que elucidaria com clareza, seria: — **“Não assassinarás”**. Tirada premeditada da vida imaculada, ou de um inimigo pessoal.

A legítima defesa tem um objetivo, **“a preservação da vida humana”**. Na última linha da defesa às vezes será necessário tirar a vida para salvar outra. Por isso, muitas vezes Deus ordenou que homens lutassem para proteger o povo ou livrar os seus inocentes dos inimigos. O filósofo e teólogo apologista cristão, Norman Leo Geisler (1932 – 2019), em sua admirável obra sobre “Ética Cristã”, esclarece bem esse ponto, em síntese ele escreveu: — **“Deus ordenou o governo. Adão recebeu a coroa para reinar sobre a terra, e quando o mal grassou, a Noé foi dada a espada para reger na terra. O governo é da parte de Deus tanto porque a ordem é de Deus, quanto porque a desordem deve ser abafada por Deus. Os homens têm o direito, da parte de Deus, de tirar a vida de homens rebeldes que derramam sangue inocente. O governo é investido de poder divino. A espada que foi dada a Noé foi brandida por Abraão quando entrou na guerra contra os reis citados em Gênesis 14, que fizeram agressão contra o sobrinho de Abraão, Ló. Conforme nota Stegall, esta passagem indica ‘que Deus aprova guerras que são para a proteção dos pacíficos contra o agressor’”**.

Portanto, a quebra do Sexto Mandamento aplica-se na banalidade, na intenção, na premeditação, jamais na defesa pessoal da família, defesa da propriedade, ou em defesa de inocentes — ou mesmo da nação.

**Nem sempre tirar uma vida é assassinato.**

Antes desses casos serem examinados em particular, será bom estabelecer um princípio geral que será a base da





nossa conclusão. É este: — **“nem sempre tirar uma vida é assassinato”**. O mandamento bíblico significa (conforme o texto da Nova Bíblia Inglesa): — **“Não cometerás assassinato”** (Êxodo 20:13).

Há vários casos na Escritura em que tirar vidas não é considerado moralmente errado. Por exemplo, tirar vidas numa guerra justa contra um agressor mau (Gênesis 14:14, 15). Além disto, havia o homicídio acidental do seu próximo (Deuteronômio 19:4, 5) pelo qual o homem não era tido por culpado. Finalmente, havia a pena capital instituída por Deus através de Noé (Gênesis 9:6<sup>30</sup>) e repetida por Moisés (Deuteronômio 19:21). A partir destas ilustrações podemos deduzir duas diferenças entre o assassinato e tirar justificavelmente uma vida.

Primeiramente, deve ser tirada intencionalmente. Se, pois, por acidente, um homem matasse um vizinho a quem não odiava, não seria tido por culpado pela Lei. Em segundo lugar, nem sequer todos os casos de tirar uma vida intencionalmente são assassinatos, a não ser que o ato fosse praticado sem justa causa. Tirar as vidas de nenês inocentes não é uma justa causa, aborto (cf. Êxodo 1:16 e seguintes), nem matar o irmão com ira (Gênesis 4:8, 10).

No entanto, matar um homem em autodefesa, ou na defesa da pátria, pode ser uma justa causa. Noutras palavras, a proibição contra tirar as vidas de pessoas inocentes não exclui a justiça de tirar a vida de um assassino culpado. Nem a proibição de matar seu vizinho pacífico proíbe necessariamente atirar no seu vizinho que está em pé de guerra.

---

<sup>30</sup> “Quem derramar o sangue do homem, pelo homem o seu sangue será derramado; porque Deus fez o homem conforme a sua imagem” (Gênesis 9:6 – ACF).







**“Há ocasiões em que tirar a vida doutro ser humano é justificado a fim de proteger os inocentes”.**

É tanto anti-bíblico quanto irrealista categorizar todo ato de tirar uma vida como sendo moralmente errado. Pelo contrário, as vezes é moralmente necessário. O tiranocídio, ou o assassinato de um ditador que tomou sobre si o papel de Deus, pode ser um ato misericordioso em prol de massas de homens oprimidos. Na realidade, poderia ser melhor do que uma guerra contra aquele ditador em que mais vidas seriam perdidas. Por fim, é sempre errado matar outro ser humano como tal.

Há, porém, circunstâncias sobrepujantes que podem isentar a pessoa deste dever. Há ocasiões em que é um ato de misericórdia a muitas pessoas sacrificar uma só. Quantos pais ficariam de lado e deixariam um assassino estrangular seus filhos sem resistir se pudessem fazê-lo?

**“Numa sociedade que está preocupada com a misericórdia para o assassino culpado, ficamos perguntando o que aconteceu à misericórdia para a multidão inocente”.**

É um conceito distorcido da misericórdia preocupar-se mais com a proteção da vida de quem não teve consideração pelas vidas dos outros, do que com a proteção das massas que têm consideração apropriada com a vida alheia. Em nome da misericórdia para as massas, decerto há justificativa para matar um franco atirador que está fuzilando cidadãos inocentes.

**“Uma guerra justa é a eutanásia numa escala maior”.**

Pois o que torna a guerra justa é que é uma proteção dos inocentes contra a agressão sangrenta dos culpados.





## Os puritanos sempre armados.

Como escreveu o autodenominado Moisés puritano, Oliver Cromwell<sup>31</sup> (1599 – 1658): — **“Confie em Deus, e mantenham a pólvora seca<sup>32</sup>”**.

Durante muitos anos após a colonização da Nova Inglaterra, os Puritanos, mesmo em tempos de tranquilidade exterior, foram armados para o culto; e para santificar o carregamento de armas aos domingos, foram expressamente proibidos de disparar contra qualquer objeto nesse dia, exceto num índio ou num lobo, as suas duas “maiores inconveniências”. John Trumbull<sup>33</sup> (1756 – 1843), em seu “Mac Fingal<sup>34</sup>”, escreve assim sobre este costume de usar as armas aos domingos: — **“Então, uma vez, por temer espancamentos e ataques indígenas, os nossos antepassados levavam suas armas ao se reunirem solenemente em assembléia (culto); quando se encontravam, cada homem equipado na manhã de domingo — ‘Dia do Senhor’ —, com o Livro de Salmos, munição e pólvora (chifre de pólvora). E**

---

<sup>31</sup> Oliver Cromwell (1599 – 1658), foi um militar e líder político inglês e, mais tarde, Lorde Protetor. Nascido no seio da nobreza rural, os primeiros quarenta anos da sua vida são pouco conhecidos. Após passar por uma conversão religiosa na década de 1630, Cromwell tornou-se um puritano independente, assumindo uma posição, no geral, tolerante, face aos protestantes do seu tempo (“The survival of English nonconformity and the reputation of the English for tolerance is part of his abiding legacy”, says David Sharp, Oliver Cromwell, 2003, p. 68). Um homem intensamente religioso — autodenominado de Moisés puritano — ele acreditava profundamente que Deus era o seu guia nas suas vitórias.

<sup>32</sup> A frase é atribuída a Oliver Cromwell durante a Guerra Civil inglesa em 1642. Sua mensagem tem uma dupla significação. Seu objetivo era que suas tropas permanecessem calmas no meio das duras batalhas que enfrentavam (confiar em Deus) e ao mesmo tempo manter seus equipamentos em condições de resposta imediata a qualquer ataque inimigo (manter a pólvora seca).

<sup>33</sup> John Trumbull (1756 – 1843) foi um artista americano do início do período da independência, notável por suas pinturas históricas da Guerra Revolucionária Americana, da qual era veterano. Ele foi chamado de “O Pintor da Revolução”. A Declaração de Independência de Trumbull (1817), uma de suas quatro pinturas penduradas na Rotunda do Capitólio dos Estados Unidos, é usada no verso da atual nota de dois dólares dos Estados Unidos. Trumbull nasceu no Líbano, Connecticut, em 1756, filho de Jonathan Trumbull e Faith (nascida Robinson) Trumbull. Seu pai serviu como governador de Connecticut de 1769 a 1784. Ambos os lados de sua família descendiam dos primeiros colonos puritanos do Estado.

<sup>34</sup> Um poema épico moderno em quatro cantos. John Trumbull fala sobre o costume dos irmãos puritanos de usarem armas para se defender.





**considerado em forma, como todos devem admitir, como a antiga e verdadeira Igreja militante<sup>35</sup>”.**

Em Concord, New Hampshire, os homens, que vinham todos armados para se encontrarem, empilhavam seus mosquetes (uma das primeiras armas de fogo longas<sup>36</sup>) em torno de uma coluna no meio da Igreja, enquanto o honrado pastor, que era um bom atirador e possuía a melhor arma no estabelecimento, pregava com sua preciosa arma ao seu lado no púlpito, pronta em um lugar estratégico para explodir qualquer homem vermelho que ele visse se esgueirando, ou para liderar, se necessário, a sua congregação para a batalha. A Igreja em York, Maine, até o ano de 1746, considerou necessário manter o costume de levar armas para a casa de reunião, pois os índios do Maine eram abundantes e agressivos.

Em 1640, foi ordenado em Massachusetts que, em cada município, os participantes da Igreja deveriam levar um **“número apropriado de peças, funcionais e cheias de pólvora e munição e espadas a cada Dia do Senhor para a congregação”**; foi considerado conveniente e necessário para a segurança pública haver um homem armado para cada família. Em 1642, seis homens com mosquetes e pólvora e munição foram considerados suficientes para a proteção de cada Igreja.

Os homens naqueles velhos tempos do século XVII, embora em constante pavor pelos ataques de índios, sempre apareciam quando os cultos eram encerrados e **“deixavam o local antes das mulheres e das crianças, assegurando assim a saída segura destas últimas”**.

---

<sup>35</sup> Project Gutenberg's Sabbath in Puritan New England, by Alice Morse Earle — <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu008659.pdf>

<sup>36</sup> O mosquete é uma das primeiras armas de fogo longas usadas pela infantaria entre os séculos XVI e XVIII. Trata-se de uma evolução do “arcabuz”, com capacidade de penetrar armaduras pesadas.





Assim também, “o costume dos homens sentados sempre na ‘cabeceira’ ou na ponta do banco surgiu da necessidade inicial de estarem sempre prontos para agarrarem suas armas e se apressarem, desobstruídos para lutar”. Em algumas Igrejas de vilarejos da Nova Inglaterra até hoje, o homem que se deslocasse de sua extremidade do banco e deixasse uma mulher sentar-se à porta, mesmo que fosse num assento mais desejável para ver o clérigo, seria considerado um tipo de criatura miserável, seria considerado uma pobre espécie de criatura.

### **Bill of Rights of 1689 — Declaração de Direitos de 1689.**

A Declaração de Direitos de 1689, também conhecida por sua forma estatutária como “Bill of Rights of 1689”, foi um documento elaborado pelo “**Convention Parliament**” — Parlamento na História Inglesa —, formado após a fuga de Jaime II diante da chegada das tropas de Guilherme III em território britânico, no momento que ficou conhecido como Revolução Gloriosa<sup>37</sup>. O propósito do “Bill of Rights of 1689” era o de definir direitos do Parlamento e de indivíduos.

Jaime II vinha tentando expandir a fé católica em seu reinado, o que não agradava os aristocratas anglicanos da Inglaterra. Sendo assim, no início de 1688 foi tramada uma conspiração contra Jaime. Guilherme III — chefe de Estado da Holanda — foi “convidado a invadir” a ilha inglesa<sup>38</sup>.

A Declaração, em essência, propõe limitações às ações da Coroa perante o Parlamento e a definição da sucessão da Coroa. Entre as limitações, pode-se destacar a cobrança de impostos sem o consentimento parlamentar, não podendo interferir nas eleições parlamentares e a suspensão de leis sem a anuência parlamentar<sup>39</sup>. Após sua elaboração, o

<sup>37</sup> Schwoerer, 1980, p. 224 – 225; Appel & Costa, 2012, p. 12 – 13.

<sup>38</sup> Appel & Costa, 2012, p. 14 – 15; Arthmar, 2014, p. 77.

<sup>39</sup> Appel & Costa, 2012, p. 14 – 15.





documento foi entregue a Guilherme e Maria II (filha protestante de Jaime II), que aceitam os termos da declaração, sendo assim coroados rei e rainha. Pode-se dizer que Guilherme foi o primeiro rei “eleito” da Inglaterra<sup>40</sup>.

Este documento é considerado um dos pilares do sistema constitucional do Reino Unido que estabelece limites aos poderes do monarca e declara os direitos do Parlamento, incluindo regular deliberação parlamentar, eleições livres e liberdade de expressão no Parlamento.

**“O ‘Bill of Rights’ é o primeiro documento oficial que garante a participação popular, por meio de representantes parlamentares, na criação e cobrança de tributos, sob pena de ilegalidade, vedando, ainda, a instituição de impostos excessivos e de punições cruéis e incomuns<sup>41</sup>”. O Artigo 7 do Bill of Rights of 1689 declara: — “Que os súditos protestantes podem ter, para a sua defesa, armas necessárias à sua condição e permitidas por lei”.**

Quando observamos os cristãos que aqui são manifestados, os Puritanos, usando armas de fogo para defender suas vidas, de outrem, suas propriedades e seus direitos, é preciso que reconheçamos, e destaquemos, que eram crentes fiéis a Deus e a Igreja, eram exímios exegetas bíblicos — homens fiéis a palavra de Deus e a seus ministérios —, exemplares chefes de família, que de modo incontestável, olharam para as Escrituras Sagradas e compreenderam a partir delas, que não há quaisquer incompatibilidades para esta forma de agir, do mesmo modo que, não há o menor vislumbre de instrução para a formação de uma comunidade constituída por míseros homens covardes.

---

<sup>40</sup> Appel & Costa, 2012, p. 14 – 15.

<sup>41</sup> Lillian Goldman Law Library, “English Bill of Rights 1689”, 2008 — [https://avalon.law.yale.edu/17th\\_century/england.asp](https://avalon.law.yale.edu/17th_century/england.asp) — Consultado em 11 de outubro de 2022.





## Conclusão.

Não seria certamente correto falar de uma tradição de pacifismo na Igreja (sempre fomos pacificadores, mas nunca pacifistas). Aqui, mostro apenas por escritos iniciais de que não há pacifistas absolutos, por exemplo, aqueles que foram pacifistas absolutos na História da Igreja, são heresiarcas como: — Marcião de Sinope (85 – 160 d.C.) foi um dos mais proeminentes heresiarcas durante o Cristianismo primitivo; Taciano, o Assírio (120 – 172 d.C.), também um herege formal, Tertuliano, que só expressou pacifismo depois de ter se tornado um montanista<sup>42</sup> (herege); antes disso, não era pacifista; e Lactâncio (240 – 320 d.C.), que na passagem em que expressou pacifismo também contradisse o Apóstolo Paulo, o que é substancialmente o mesmo que heresia. Portanto, não há sequer um exemplo respeitável de pacifismo na História da Igreja.

Ficamos e seguimos com a boa Tradição teológica de verdadeiros cristãos, homens bíblicos de bons testemunhos, e que amavam o Senhor Deus de todo o coração (alma e pensamento) — pois viveram para Deus e para a Igreja produzindo sã Teologia — e que amavam o próximo como a eles mesmos — defendendo famílias, Igrejas e países, ainda que perdessem as suas próprias vidas! (Mateus 22:37, 39).

Paz e graça.  
Pr. Dr. Plínio Sousa.

---

<sup>42</sup> O Montanismo caracterizou-se como uma volta ao profetismo, citando Apolinário de Hierápolis, Eusébio afirma que Montano teria nascido na Frígia (Ásia Menor Romana, hoje Turquia), Montano afirmava possuir o dom da profecia, e que havia sido enviado por Jesus Cristo para inaugurar a era do Paráclito (ou Paracleto). Duas mulheres que o acompanhavam, Priscila (ou Prisca) e Maximila, afirmavam que o Espírito Santo falava através delas. Durante os seus êxtases anunciavam o fim iminente do mundo, conclamando os cristãos a reunirem-se na cidade de Pepusa, na Frígia, onde surgiria a Jerusalém celeste, uma vez que uma nova era cristã se iniciava com esta nova revelação divina. Os montanistas viviam separados da Igreja ortodoxa, denominando-se como “pneumáticos” (inspirados pelo sopro do Espírito), em oposição aos demais cristãos, considerados “psíquicos” ou racionalistas.

